

TIPO

ARTIGO CIENTÍFICO

ÁREA TEMÁTICA:

ESTRATÉGIA, GESTÃO E TECNOLOGIA EM ORGANIZAÇÕES

TÍTULO

AUTOGESTÃO E HABILIDADE SOCIAL NA COLÔNIA CECÍLIA: Uma interpretação das táticas de Giovanni Rossi

Clesia Maria de Oliveira (clesiamo@unir.br)

UFSC

Givaldo Bezerra da Hora (givaldo.hora@ifsc.edu.br)

UFSC

RESUMO

A autogestão pode ser definida como a construção permanente de um modelo de Socialismo no qual as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados, livres e democraticamente em formas associativas criadas pelos próprios produtores cidadãos. Por outro lado, a habilidade social na perspectiva apresentada por Neil Fligstein, trata-se da habilidade de motivar atores à ação coletiva e, portanto, de um componente crítico para a construção e reprodução de ordem social. Ter mais habilidade social implica que alguns atores são melhores em obter cooperação do que outros porque algumas pessoas poderão compreender melhor uma determinada situação e produzirão significado compartilhado para os outros. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o presente ensaio buscou identificar as possíveis habilidades sociais de Giovanni Rossi que contribuíram para obtenção da cooperação e influência nas decisões dos colonos da Colônia Cecília, uma colônia agrícola com princípios de organização anarquista, autogestionária, por ele idealizada e implantada em 1890 em Palmeira, no Paraná. Embora este estudo tenha se empenhando em discutir as habilidades de Rossi no campo da autogestão de maneira subjetiva, não podendo fazer afirmações contundentes, foi possível inferir que aquele idealizador possuía táticas que possibilitavam a obediência dos outros colonos para consigo. Portanto, as habilidades que construíram tais laços é que devem ser levadas em consideração e analisadas pelos pesquisadores engajados em investigar a história da Colônia, seja por meio da abordagem da autogestão, cooperação, socialismo ou anarquismo.

Palavras-Chave: Autogestão. Habilidade Social. Giovanni Rossi. Colônia Cecília.

1 INTRODUÇÃO

Na Colônia Cecília foi efetivada a única experiência anarquista da América, e a mais conhecida no mundo, sediada em terras palmeirenses. Uma experiência baseada nos ideais de liberdade, sem hierarquia, sem religião e sem governo. Na Colônia Cecília foi posta à prova as verdades do socialismo anárquico, um verdadeiro laboratório de experimento social (FELICI, 1998).

Anarquismo é definido como um princípio ou teoria da vida e do comportamento que concebe uma sociedade sem governo, na qual se obtém a harmonia por meio de “acordos livres estabelecidos entre os diversos grupos territoriais e profissionais, livremente constituídos para a produção e consumo, e para a satisfação da infinita variedade de necessidade e aspirações de um ser civilizado (KROPOTKIN¹, 1987, p. 19, *apud* BARBOSA, 2014, p. 21).

O fenômeno do anarquismo pretendia desenvolver uma sociedade socialista de autogestão, na qual todo autoritarismo seria substituído por uma sociedade aberta e não alienada. Giovanni Rossi, italiano, veterinário e músico e adepto da linha ideológica anarco-comunista, estava ávido por uma experiência deste tipo, que levasse suas ideias para uma prática coletivista. Assim, no ano de 1890, aporta no Estado do Paraná, no porto de Paranaguá e em abril implanta em Santa Bárbara, Palmeira, uma colônia agrícola com princípios de organização anarquista, autogestionária (LOLLA, 1999; BEHR; PAES DE PAULA, 2008).

Ainda de acordo com esse autor, a implantação da colônia teve como base o romance de autoria de Giovanni Rossi escrito na Itália com o título “*Un Comune Socialista*”, no qual desenvolve seu projeto utópico de comunidade anarquista. A personagem principal do livro era Cecília, que veio emprestar seu nome à colônia brasileira. No conjunto de escritos que compõe este livro nascem os ideais que o mesmo tentou aplicar na Colônia Experimental Cecília.

São esses ideais e as tentativas de suas práticas na colônia que motivaram escritores/pesquisadores a resgatar e interpretar as práticas dos colonos que ali se instalaram. Portanto, segundo Barbosa (2014), destacam-se os levantamentos realizados por Souza (1970), em sua obra “*O Anarquismo na Colônia Cecília*”; Kupper (1993), em *Colônia Cecília*; dos artigos de Felici (1998) e Zélia Gattai, com o livro “*Anarquistas, Graças a Deus*”.

Todavia, é interessante que os estudos referentes à Colônia Cecília não abordem apenas sua trajetória histórica, ou tratem do anarquismo como um princípio em que os

colonos tinham total liberdade nas decisões sem sofrerem a influências de atores socialmente hábeis, como o próprio Giovanni Rossi. No artigo de autoria de Behr e Paes de Paula (2008), intitulado “Autogestão e Lógica de Mercado: A Experiência da Colônia Cecília e os Dilemas da Economia Solidária”, os autores explicam que o controle social na colônia era exercido de certa forma pela discussão dos valores anarquistas, o que fazia parte da educação, mas como eram anarquistas e a liberdade individual estava acima de qualquer coisa, ninguém era obrigado a realizar nada pela coerção, de forma que as pessoas decidiam ir embora da Colônia a qualquer momento. Ainda de acordo com esses autores, havia até aquele que não trabalhava, porque era anarquista e ninguém o obrigava a nada, pois não tinha patrão, nem chefe e, conseqüentemente, nem hierarquia.

Todavia, analisar as relações sociais, econômicas e políticas em uma colônia de organização com característica anarquista/autogestionária, em que a liberdade individual parece justificar toda a dinâmica do grupo, é ao menos passar despercebido diante das habilidades cognitivas que alguns atores sociais possuem para influenciar nas decisões de terceiros, criando uma nova identidade para os indivíduos e modificando seus valores. Esta abordagem cognitiva possibilita a compreensão de que as habilidades sociais não são desenvolvidas e suas “táticas” não são distribuídas igualmente para todos os indivíduos, pois depende da trajetória de cada ator.

Ter mais habilidade social implica que alguns atores são melhores em obter cooperação do que outros porque algumas pessoas poderão compreender melhor uma determinada situação e produzirão significado compartilhado para os outros, conseguindo seu consenso e cooperação (FLIGSTEIN, 2014).

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo identificar as possíveis habilidades sociais de Giovanni Rossi, que por sua vez contribuíram para que este italiano idealizador da Colônia Cecília obtivesse a cooperação e influenciasse nas decisões dos colonos. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a trajetória de Rossi e do desenvolvimento da Colônia Cecília. Além desta parte introdutória, este trabalho foi estruturado em mais quatro sessões, a saber: 2) Referencial teórico-empírico: Entendendo a autogestão; Habilidade social; 3) Metodologia; (4) Resultados: As habilidades sociais de Giovanni Rossi; e 5) Considerações Finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

2.1 Entendendo a Autogestão

A autogestão é um conceito moderno, apresentado pela primeira vez na proposta de sociedade que emergiu na Iugoslávia nos anos de 1950, mas sua grande característica já havia se apresentado muito antes na Comuna de Paris em 1871.

A palavra autogestão é a tradução literal da palavra servo-croata *samoupravlje* (*samo* sendo equivalente eslavo do prefixo grego *auto* e *pravljje* significando aproximadamente gestão) e nasceu para designar a experiência, político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura ao stalinismo (ALMEIDA, 1983).

Já de acordo com Nascimento (2011), a autogestão pode ser definida como a construção permanente de um modelo de Socialismo, em que as diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão e controle, e os mecanismos produtivos sociais, políticos e ideológicos, se encontram nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente, em formas associativas criadas pelos próprios produtores cidadãos. Esse “associativismo” é desenvolvido levando em consideração o princípio de que toda a organização deve ser estruturada da base para a cúpula e da periferia para o centro, nas quais se implante a vivência da democracia direta, a livre eleição e revogação, em qualquer momento das decisões, dos cargos e dos acordos (NASCIMENTO, 2011).

Para muitos a autogestão é algo revolucionário, que representa de fato o que é o socialismo. Para outros é um conceito importante na busca da democratização das relações de trabalho, não necessariamente um rompimento total com o sistema capitalista. Todavia, o que fica explícito no debate é que os militantes da autogestão buscam alguma alternativa às duras contradições provenientes do modo de produção capitalista (CASTRO, 2015).

Dessa forma, a “autogestão” é um tipo de cooperação cuja relação central é o não antagonismo entre os participantes de um dado processo produtivo, por isso ele é considerado, por diferentes autores que estudam tal tema, como algo diferente ou contrário ao sistema capitalista de organização do trabalho (Motta, 1981).

Segundo Faria et al. (2008), a autogestão surge como negação de um determinado modo de produção e as ações e relações que a constituem estão fundamentadas nesta negação, ou pelo menos neste enfrentamento. Buscando compreender este contexto, Greenbergⁱⁱ (1986, *apud* Faria et al., 2008) identifica as motivações para que os trabalhadores se auto organizem, as quais têm como finalidade intrínseca solucionar três questões:

a) **a alienação:** no capitalismo a humanidade é alienada no sentido de que as condições de vida e trabalho separam as pessoas da sua essência livre e criativa. A superação desta alienação somente pode ser possível quando o trabalhador assumir o controle do processo de produção, do uso da sua força de trabalho e dos frutos do seu trabalho;

b) **a democracia participativa:** os teóricos da democracia participativa defendem uma concepção baseada na possibilidade de as pessoas serem responsáveis e refletirem sobre as suas ações, desde que estejam presentes as condições para o aprendizado da participação e do autogoverno. Sendo o ser humano potencialmente autodirigido, colocá-lo em condições em que outros dirigem os aspectos mais importantes da sua vida é retirar-lhe a sua humanidade;

c) **a superação do capitalismo:** os processos de construção de locais de trabalho democráticos seriam impulsionadores de uma sociedade socialista humanizada.

A principal e mais disseminada forma de resistência através da luta por autogestão se configura com as cooperativas, de diversos tipos e segmentos. Uma cooperativa é uma associação ou grupo de trabalhadores que se organizam voluntariamente para satisfazer necessidades e aspirações econômicas, sociais e/ou até culturais comuns através de uma empresa de propriedade conjunta democraticamente controlada, autônoma e aberta. A característica principal de uma cooperativa é a disponibilidade dos meios de produção para o coletivo de pessoas que são seus membros, não necessariamente a propriedade destes. Portanto, uma cooperativa é uma associação e uma empresa ao mesmo tempo, onde há uma gestão realmente democrática em que cada cooperado tem o mesmo poder na tomada de decisão. É o mesmo que dizer que se trata de uma empresa de pessoas e não de capital (HARNECKER; REYES, 2011; CASTRO, 2015).

Galvão e Sifuentes (2001) explicam que a democratização das relações de trabalho não pode ser compreendida isoladamente. Para esses autores, democratizar os processos produtivos implica democratizar as relações sociais como um todo. Sendo assim, é de fundamental importância conhecer as propostas de autogestão, seja no âmbito da sociedade, seja no interior dos processos produtivos.

Autores como Castoriadisⁱⁱⁱ (1983, *apud* GALVÃO; SIFUENTES, 2001) apontam algumas características próprias de uma sociedade hierarquizada e burocratizada, demonstrando, paralelamente, quais as diferenças relativas às mesmas questões, se colocadas numa sociedade autogerida. Nossa sociedade, diz ele, é organizada de forma hierárquica em todos os setores, desde a organização da produção e do trabalho até o sistema político e a estrutura do Estado. Dentre as funções desta hierarquia, destaca “a organização da coerção, necessária para a imposição da disciplina e da obediência, além da hierarquia do comando ou do poder, que tem sido acompanhada pela hierarquia dos salários e rendimentos” (CASTORIADIS^{iv}, 1983, p. 211, *apud* GALVÃO; SIFUENTES, 2001, p.35).

Referindo-se à sociedade autogerida, o autor destaca que todas as decisões devem ser tomadas pela coletividade, mesmo que haja um sistema de representações com respectivos eleitos, uma vez que esta só será efetiva “se tais representantes estiverem diretamente ligados e submetidos ao poder de seus representados.” (p.214). Nessa perspectiva, para a tomada de decisão é necessária informação e conhecimento, além da definição dos critérios sobre os quais a decisão será tomada. De acordo com Galvão e Sifuentes (2001, p.35):

Na hierarquia do comando aqueles que decidem possuem o monopólio ou o acesso privilegiado às informações, fazendo com que sejam inibidas as capacidades coletivas, a iniciativa e a inventividade que ficam reservadas assim, à direção. Em relação à disciplina, lembra que esta não será eliminada na autogestão, mas existe uma diferença significativa se comparada à sociedade hierárquica, uma vez que no segundo caso, a disciplina será objeto de decisão coletiva.

Outra questão apontada por Castoriadis^v (1983, *apud* Galvão e Sifuentes, 2001) refere-se ao fato de que, na sociedade hierarquizada, é conferido à minoria que possui o poder de dirigir determinados saberes, competências técnicas e científicas. Pondera, ainda, que saber e competência são requisitos especializados, portanto, fora de seu domínio especial, um bom técnico não é melhor que os demais membros da coletividade para tomar decisão. Ao contrário, é a coletividade quem conhece bem as reais condições nas quais serão aplicadas as decisões. Porém, pressupõe que numa sociedade autogerida deveria haver cooperação entre aqueles que possuem determinados saberes e aqueles que apenas exercem o trabalho.

Essa cooperação entre quem possui mais ou menos saberes deve ser analisada por uma “visão” mais sociológica, levando em consideração que alguns atores são mais habilitados socialmente em obter a cooperação dos outros (FLIGSTEIN, 2014). Assim, a dinâmica da cooperação existente nos grupos que funcionam fundamentados na autogestão, pode ser estudada através de uma abordagem teórica que trate da interação dos atores de acordo com a habilidade social de cada um. A vantagem em utilizar este tipo de abordagem sociológica corresponde à possibilidade de localizar traços gerais do comportamento dos atores, das organizações e dos ambientes capazes de explicar situações particularmente virtuosas, em contrastes com a estagnação de tantas outras.

2.2 Habilidade Social

No artigo “Habilidade Social e Teoria dos Campos”, publicado originalmente em 2001, Neil Fligstein debate sobre a ação social e apresenta uma contribuição ao clássico problema da ação na sociologia. O conceito de ação apresentado tem suas raízes no

interacionismo simbólico e diz respeito à habilidade de agir, que desenvolve a capacidade de induzir a cooperação de terceiros.

Fligstein (2014) explica que se trata da habilidade de motivar atores à ação coletiva e, portanto, de um componente crítico para a construção e reprodução de ordem social. A elaboração do conceito de habilidade social é antecedida de uma interpretação crítica dos modelos de ação da escolha racional dos neoinstitucionalistas, que culmina com a apresentação de um conjunto de proposições sobre comportamento dos atores estratégicos e da afirmação de uma relação de dependência entre comportamento e posição no campo social.

Por trás do conceito de habilidade social encontra-se a intenção de explicar “como os atores algumas vezes podem transformar as estruturas sociais, mas na maioria das vezes fracassam em fazê-lo” (MARTES, 2014). Dito de outro modo, esse conceito, acoplado ao de “campo social”, permite compreender a tendência permanente na vida social, política e econômica de que os recursos e regras institucionalizados favorecem grupos maiores e bem mais organizados.

Consequentemente, esta abordagem contribui para esclarecer de que modo se dá a reprodução dos arranjos organizacionais dominantes, considerando-se que tais arranjos também dependem da habilidade demonstrada pelos atores sobre o modo de utilizá-los (MARTES, 2014). Essas habilidades sociais podem ser utilizadas tanto para defender um conjunto de arranjos existentes (*status quo*) quanto para impor ou negociar novas ordens e práticas sociais (RIBEIRO; ANDION, 2014).

Fligstein (2014) explica que a vida social gira em torno de obter uma ação coletiva, e isso requer que os participantes dessa ação sejam induzidos a cooperar. Algumas vezes se utilizam coerções e sanções para compelir os outros. Entretanto, muitas vezes, os atores estratégicos hábeis (que se farão em diferentes condições de poder e incerteza) proporcionam identidades e quadros culturais para motivar os outros.

Ainda segundo este autor, há dois grupos relevantes com os quais os atores trabalham para obter a cooperação: aqueles de um determinado grupo ou organização (membros) e aqueles existentes em outras organizações (o campo). Fligstein (2014) afirma que as pessoas que atuam como líderes em grupos devem estabilizar suas relações com os membros de seu próprio grupo para fazer com que ajam de forma coletiva e devem desenvolver seus movimentos estratégicos mais gerais na direção de outras organizações em seu campo ou domínio.

Para articular a cooperação em uma ação coletiva, os líderes, que muitas vezes são empreendedores institucionais, se utilizam de táticas e habilidades particulares de comunicação, incluindo o uso de vocabulários institucionais, analogias e argumentação retórica (RIBEIRO; ANDION, 2014). Uma das táticas utilizadas por esses atores é a definição de agenda. Se um ator hábil puder definir os parâmetros da discussão, então, metade da negociação já está ganha. Outra tática é persuadir os atores para que eles acreditem que estejam no comando. Provocar uma situação na qual outros assumam a liderança e ajam de acordo com o que pensam ser a ideia deles (RIBEIRO; ANDION, 2014).

Portanto, se os atores se convencem de que a ideia foi deles, então, eles terão muito mais compromisso com os objetivos coletivos construídos, agindo com mais desempenho. Outra tática seria convencer um número suficiente de pessoas acerca de uma determinada situação e mantê-la estável na “mesa”, para que, assim, os outros se sintam pressionados a, também, segui-la (RIBEIRO; ANDION, 2014).

Conforme Abramovay (2010), na abordagem das habilidades sociais de Fligstein a cooperação social deixa de ser o produto virtuoso produzido por certas circunstâncias históricas especialmente favoráveis ou por certas políticas especialmente bem construídas e passa a ser o resultado da tentativa dos diferentes grupos sociais de moldar suas regras básicas. Para o autor, cooperação supõe capacidade de persuasão, de interferir na própria formação dos significados em torno dos quais se organiza a ação social. “O termo evoca nitidamente a própria noção weberiana de dominação” (ABRAMOVAY, 2010, p. 38).

Ainda de acordo com este autor, a cooperação envolve necessariamente a disposição desigual de recursos capazes de promover a sua obtenção: a habilidade social capaz de construir os processos de cooperação abre um importante caminho para a iniciativa dos atores que não se dobram simplesmente a constrangimentos estruturais opressivos. Assim, é possível entender os conflitos que estão escamoteados por trás do que se denomina de cooperação. Um dos autores que compreendeu de forma mais clara o papel da cooperação e do conflito na sociedade moderna foi John Rawls (1921-2002). Este autor escreveu com muita propriedade que:

(...) embora a sociedade seja um empreendimento cooperativo que visa ao benefício mútuo, está marcada por um conflito, bem como uma identidade, de interesses. Há identidade de interesses porque a cooperação social torna possível uma vida melhor para todos do que qualquer um teria se dependesse apenas dos próprios esforços. Há conflito de interesse porque ninguém é indiferente no que se refere a como são distribuídos os benefícios maiores produzidos por uma colaboração, pois, para atingir seus fins, cada um prefere uma parcela maior a uma parcela menor desses benefícios (RAWLS, 2008, p.5).

Oliveira e Alves (2010) afirmam que Rawls concebe a sociedade como uma associação autossuficiente de indivíduos que agem em suas relações recíprocas, em conformidade com as regras de conduta estabelecidas, as quais funcionam como base da coesão social. Nesse sentido, a sociedade é uma reunião de cooperações que reconhece como vinculativas certas normas que especificam um sistema de colaboração recíproca, voltado a fazer com que os membros desse sistema obtenham vantagens mútuas. Porém, esta sociedade caracterizada como cooperativa é também marcada por interesses individualizados, os quais surgem no momento em que os membros da cooperação se dão conta de que a mesma torna possível alguns benefícios, no sentido de que todos cooperam em vista de uma vida melhor para todos.

Complementando esta ideia, Abramovay (2010) cita que a habilidade social não é igualmente distribuída entre os atores sociais, e o sucesso de seu exercício depende não tanto de boas “políticas” (*policies*), mas, sobretudo da capacidade de construir coalizões políticas que vão refletir a força de cada grupo social.

A teoria dos campos de Bourdieu pode ser facilmente relacionada a esse fenômeno. Ao se concentrar na construção de ordens sociais locais, a referida teoria faz com que os analistas concentrem sua atenção na maneira como grupos específicos chegam a definir um domínio social. Uma vez estabelecidas, essas definições podem ser utilizadas pelos grupos dominantes para reproduzir suas vantagens de forma periódica (FLIGSTEIN, 2014). Assim, Fligstein (2014) explica que quando se observa o surgimento ou a transformação de um campo existente, a teoria dos campos implica que é necessário identificar quem são os principais atores coletivos, quais são seus recursos e as regras que orientam a possibilidade de ação.

3 METODOLOGIA

Como apresentado no capítulo introdutório, este estudo teve como objetivo identificar as possíveis habilidades sociais de Giovanni Rossi, que por sua vez contribuíram para que este idealizador da Colônia Cecília obtivesse a cooperação e influenciasse nas decisões dos colonos. Para o desenvolvimento deste estudo de abordagem qualitativa, optou-se por uma pesquisa bibliográfica sobre a trajetória de Giovanni Rossi e do desenvolvimento da Colônia Cecília. Inicialmente foi realizada uma discussão sobre autogestão e habilidade social para se obter os elementos essenciais à análise da trajetória de Giovanni Rossi e da

implantação da Colônia Cecília e seus princípios anarquistas. Como resultados são apresentadas as habilidades sociais de Giovanni Rossi e principais conclusões decorrentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: AS HABILIDADES SOCIAIS DE GIOVANNI ROSSI

Giovanni Rossi (1856- 1943), italiano nascido em Pisa, membro de uma família tradicional burguesa, engenheiro agrônomo e médico veterinário, foi considerado contemporâneo às mudanças ideológicas e sociais ocorridas na Europa no final do século XIX, ocasionadas pelo avanço perverso do capitalismo decorrente da Revolução Industrial (BARBOSA, 2014).

De acordo com Felici (1998), toda atividade política desempenhada por Rossi girava em torno de um projeto de vida comunitária idealizado pelo mesmo. Relata-se que, já aos dezoito anos de idade, Giovanni Rossi propôs um projeto de vida comunitária na Polinésia. Além disso, os numerosos artigos que ele apresentou na imprensa da sociedade italiana, anarquista e socialista, os apelos que ele lançou às associações, federações, partidos políticos, suscetíveis, a seus olhos, de ajudá-lo, tinham todos por objetivo expor seu projeto de comunidade ou, após 1890, apoiar a experiência que estava sendo desenvolvida na América Latina, especificamente no Brasil. Neto (1998, p. 68) enfatiza as características de Rossi, afirmando que “além de sua formação em veterinária, sua personalidade sintetizava o filósofo, sociólogo e o político, como uma invejável capacidade de liderança e doutrinação que lhe seriam muito úteis para seus intentos.”

Portanto, observa-se na trajetória de Rossi que desde a sua juventude o italiano agia estrategicamente em campos, no sentido definido por Pierre Bourdieu, de disputas econômicas, políticas e sociais, objetivando o desenvolvimento de uma “comunidade” anarquista/autogestionária, que representava naquele período do final do século XIX, uma ideologia contra hegemônica ao modelo capitalista engendrado pela Revolução Industrial. Na tentativa de atingir esse objetivo de vida comunitária, Rossi direcionava suas ações para obter a cooperação de diversos grupos, principalmente como oportunidade para disseminar suas ideias para a sociedade.

Essas características e ações de Rossi podem ser analisadas por meio da teoria das habilidades sociais, estando relacionadas com o trecho em que Fligstein (2014, p. 88) explica que:

Atores sociais hábeis podem ajudar a produzir quadros culturais completamente novos [...]. Isso é feito construindo identidades de comprometimento que unem muitos grupos. Nesse processo podem ser transformadas todas as identidades e os

interesses de um grupo. O truque é obter coalizões políticas sob uma nova bandeira que una grupos muito diferentes.

Almejando produzir um quadro cultural novo, divergente ao capitalismo, Rossi migrou para o Brasil. Na época, o país estava vivenciando em seu cenário político a transição do governo monárquico de D. Pedro II para a República dos militares, além do fim do escravismo para a mão de obra livre e barata. Foi nesse contexto histórico e social que o Brasil recebeu Giovanni Rossi e os pioneiros para a implantação da Colônia Cecília (1890-1894), ilustrada na Figura 1, localizada na cidade de Palmeira, no Estado do Paraná (BARBOSA, 2014).

Figura 1 – Fundadores da Colônia Cecília



Fonte: Milan, 2011

Behr e Paes de Paula (2008) afirmam que a Colônia era uma ilha socialista, cercada de organizações capitalistas por todos os lados. Portanto, o entorno exigia que no núcleo anarquista houvesse um mínimo de organização, pois devido a tudo que precisava ser feito e atentos aos postulados anárquicos, buscavam organizar-se em reuniões definindo o que era prioritário realizar e como fazer.

Entende-se, com esta afirmação, que a colônia Cecília era um grupo desafiante às organizações capitalistas, produzindo novos significados para a vida social, na qual seus participantes se declaravam socialistas/anarquistas. Sobre essas novas identidades que se desenvolveram, Fligstein (2014) contribui no entendimento ao explicar que a concepção dos atores de si mesmos são altamente moldadas por suas interações com os outros. Para este autor, ao interagir, os atores tentam criar um senso positivo de si mesmos ao se envolverem em produzir significados para si e para os outros. As identidades se referem ao conjunto de

significados que os atores possuem e que definem quem eles são e o que querem em uma determinada situação.

Todavia, Behr e Paes de Paula não desenvolvem uma discussão referente ao funcionamento das reuniões para tomada de decisões, ou seja, não explicam como ocorre a definição da agenda. A definição de agenda é entendida como a habilidade de definir para os outros os parâmetros da discussão (FLIGSTEIN, 2014). Pois, uma colônia mesmo com características autogestionárias, necessita de certa coordenação nas ações dos seus membros.

Behr e Paes de Paula (2008, p. 4) citam em seu trabalho um trecho do texto de Felici (1998, p.22) onde diz que Rossi considerava a Colônia um sucesso quando afirmou que “(...) nenhum pacto, nem verbal, nem escrito, foi ali estabelecido. Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhum cargo social, nenhuma delegação de poder, nenhuma regra fixa de vida ou trabalho”. No entanto, citam em seguida uma consideração de Souza (1970), na qual afirma que foi necessário que houvesse uma coordenação informal na Colônia, de forma que o disciplinamento de ações implicou em revisões de conceitos teorizantes de anarquismo.

Portanto, se existia uma coordenação informal e um disciplinamento de ações, é pertinente questionar sobre a organização e a dinâmica das reuniões. Pois, de acordo com Fligstein (2014), se um ator hábil puder fazer com que os outros aceitem os termos da discussão, metade da negociação já estará ganha. Ainda de acordo com este autor a definição da agenda normalmente é obtida por meio de uma ação nos bastidores para convencer múltiplos atores e grupos de que uma determinada agenda é de seu interesse.

Um questionamento referente à fala de Rossi quando diz que “não foi estabelecido nenhum regulamento ou regra fixa na Colônia” e a afirmação sobre a existência de uma coordenação informal (Behr e Paes de Paula, 2008), é se estas são “pistas” que possibilitam ao pesquisador realizar uma investigação/discussão sobre as táticas dos atores estratégicos em grupos auto gestionários para obter e fortalecer a cooperação? Pois, embora não se possa afirmar ou provar aqui que Rossi proferia esses discursos como instrumento para atrair e manter pessoas na Colônia Cecília, Fligstein (2014, p. 86) alerta que:

Outra tática dos atores estratégicos é fazer com que os outros acreditem que os atores estratégicos não estão no controle. Uma das táticas de ação mais engenhosas é armar situações nas quais outros atores assumam a liderança e ajam de acordo com o que pensam ser as ideias deles. Ao fazer com que os atores que estão relativamente isolados cooperem e ao convencê-los de que sua cooperação foi ideia deles, os atores estratégicos conseguem a cooperação dos outros sem parecerem maquiavélicos.

Uma evidência da influência de Giovanni Rossi no comportamento dos demais membros da Colônia pode ser analisada no período em que o mesmo viaja para a Itália, em 1890, com o intuito de conseguir novos adeptos à Colônia. Na metade desse ano inúmeras famílias deixam a Colônia, e na ausência do seu idealizador, que ainda se encontrava naquele país, “eram esquecidos ou simplesmente afastados os princípios libertários. Ouve, inclusive, a tentativa de um grupo de impor-se e decretar ordens, e outros se recusavam a exercer tarefas simples e rotineiras” (NETO, 1998, p. 154). Como afirma Sousa^{vi} (1970, p. 39, *apud* Behr e Paes de Paula, 2008, p.2), Rossi “era um idealista prático, cientista que buscava nas árvores, nas flores, nas gramíneas, nos insetos, nos fenômenos naturais, correlações com fatos sociais, *sabia impor-se com brandura, aos companheiros, que o acatavam sempre*^{vii}”.

Assim, a Colônia Cecília encerra sua primeira fase de experimentação com desentendimentos internos, sete famílias abandonam a localidade, com o propósito de reconstruírem uma nova colônia com elementos melhores, dentre elas estavam duas que se estabeleceram com os pioneiros, e que ao se retirarem levaram consigo o pouco que ainda restava das economias, além de animais que foram repartidos entre eles, aumentando assim a crise que se instalava naquele momento na colônia (BARBOSA, 2014).

Ainda de acordo com Barbosa (2014), os novos colonos recrutados por Rossi, chegam ao Brasil no início de 1891, totalizando 35 famílias e alguns solteiros vindos das cidades de Pisa, Cecina, Livorno, La Spezia, Turim, Brescia, Gênova, Florença, Poggibonsi, La Spezia e Milão. Francesco e Argia Gattai, os avós paternos da escritora brasileira Zélia Gattai, estavam a bordo do navio que embarcou no dia 10 de março de 1891.

Em novembro de 1891, chegaram, em dois grupos sucessivos, várias famílias de camponeses. O primeiro grupo, instigado por ex-colonos, um pouco assustado com a vivacidade dos anarquistas e, fundamentalmente, atraído pela esperança da propriedade individual, permaneceu poucos dias na colônia, transferindo-se em seguida para outra região, onde cada família se assentava por conta própria. O segundo grupo, que chegou uns dias depois, ficou e deu um grande impulso aos trabalhos agrícolas. (ROSSI^{viii}, 2000, p. 70, *apud* BARBOSA, 2014, p. 17).

Fligstein (2014) menciona que um problema central para os atores com características socialmente hábeis é encontrar uma forma de unir atores ou grupos com preferências amplamente diferentes e ajudar a reorganizar essas preferências, de modo que seja alcançado um consenso em relação a uma identidade coletiva.

Já no final do ano de 1892, a Colônia Cecília volta a receber novas famílias de colonos europeus. Nesse novo grupo estavam o casal Elèda (Adele) e Annibale. Giovanni Rossi havia conhecido Elèda no ano anterior em uma conferência pública em Curitiba, na qual expusera

ideias sobre o “amor livre” (BARBOSA, 2014). Neto (1998) cita que Rossi procurava estabelecer uma distinção entre o que seria o amor livre e o amor “libertino”. O primeiro seria calcado no respeito a todas as partes envolvidas e na sinceridade dos sentimentos, já o segundo seria mero impulso sexual.

Diante deste contexto, muitos integrantes da Colônia Cecília não se “afinizavam” com os princípios do anarquismo defendidos por Rossi como o amor livre, a dissolução da unidade familiar, a propriedade coletiva, trabalho livre e a não religião (NETO, 1988). Segundo Barbosa, (2014), devido às diversas rivalidades entre os colonos e com a saída definitiva de Giovanni Rossi da Colônia Cecília, ela deixa de existir para seu idealizador e criador. A colônia sobrevive por mais um ano, aproximadamente até abril de 1894, época em que as terras são vendidas dissolvendo definitivamente o experimento anarquista/auto gestor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Colônia Cecília pode ser considerada a maior tentativa de estabelecimento de uma comunidade autogestionária no Brasil, a qual contribui como objeto de análise para os pesquisadores interessados em entender como funciona uma organização sem a presença de hierarquia e poder. Todavia, é importante que sejam realizados estudos que se comprometam em compreender a dinâmica das relações existentes entre seus atores, por meio da abordagem das habilidades sociais.

A teoria da habilidade social funciona como uma microestrutura para entender o que os atores fazem nos campos. A compreensão desse processo social é importante porque, mesmo em campos estáveis, os chamados atores sociais hábeis necessitam manipular regras e recursos para auxiliar a reprodução das ordens locais, orientando suas ações para estabilizar internamente seu grupo, além de equilibrar ou extinguir sua relação com outros grupos.

Dessa maneira, a trajetória de Giovanni Rossi, especialmente na Colônia Cecília, se constitui como um exemplo de como as táticas (habilidades sociais) de um indivíduo pode influenciar no comportamento e na tomada de decisões de outras pessoas em um determinado momento de interação social. A figura do ator socialmente hábil que Rossi representava foi capaz de criar um grupo social contrário ao modelo hegemônico capitalista, embora tenha existido por pouco tempo.

Embora este estudo tenha se empenhado em discutir as habilidades de Rossi no campo da autogestão de maneira subjetiva, não podendo fazer afirmações contundentes, foi possível observar que aquele idealizador possuía táticas que possibilitavam a obediência dos

outros colonos para consigo. Portanto, são essas habilidades que construíram tais laços que devem ser levadas em consideração e analisadas pelos pesquisadores engajados em investigar a história da Colônia, seja através da abordagem da autogestão, cooperação, socialismo ou anarquismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma Teoria dos Estudos Territoriais. 2010. In: VIEIRA et al., **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

ALMEIDA, H. M. M. Autogestão: da ideia às práticas. **Revista de Administração de Empresas**. vol.23 no.1 São Paulo Jan./Mar. 1983.

ALAIN RALLET. Comentários do texto de Oliver Crevoisier. In: MOLLARD, A. et al., **Territoires et Enjeux du Développement Regional**. Versailles: Éditions Quae. 2007.

BARBOSA, E. A. In: **Alabastro: revista eletrônica dos alunos da Escola de Sociologia e Política de São Paulo**, São Paulo, ano 2, v. 1, n. 3, 2014, p. 7-23.

BEHR, R.; PES DE PAULA, A. P. Autogestão e Lógica de Mercado: A Experiência da Colônia Cecília e os Dilemas da Economia Solidária. In: **V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Belo Horizonte/MG, 2008.

CASTRO, Fabio S. M. **Autogestão no Brasil: um olhar a partir do caso de empresas recuperadas pelos trabalhadores**. 2015 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/131901>> acesso em 30 mar/2016;

FARIA, J. R. V.; LEAL, A. P.; ATTIE, J. P.; HIRAYAMA, W. H.; MATOS, R. D.; DUTRA, R. S. A. Autogestão e Poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: **V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Belo Horizonte/MG, 2008.

FELICI, I. A Verdadeira História da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. In: **Cad. AEL**, n. 8/9, 1998.

FLIGSTEIN, N. Habilidade Social e a Teoria dos Campos. In: MARTES, A. C. B (Org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

GALVÃO, M. N.; SIFUENTES, R. Cooperação, Autogestão e Educação nas Novas Configurações do Trabalho. **ORG & DEMO**, n. 2, 2001.

HARNECKER, Camila P.; REYES, Jesús C. **Una introducción a las cooperativas**. In: HARNECKER, C. P. Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba. La Habana: Caminos, 2011.



LOLLA, Beatriz Pellizetti. Reflexões sobre uma utopia de século XIX. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura. 1999.

MARTES, A. C. B (Org.). **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MILAN, Pollianna. **Dos Mitos à Verdade sobre a Colônia Cecília**: experiência de imigrantes anarquistas no Paraná ainda é envolta em lendas. História será recontada em exposição no Mercado Municipal de Curitiba. Notícia. Jornal Gazeta Do Povo- Vida e Cidadania. 18/03/2011. Disponível em:< <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/dos-mitos-a-verdade-sobre-a-colonia-cecilia-ekg9lok3sgkj3r557nrzj5tfy> >. Acesso em: 06 de mar. 2016

MOTTA, F. P.. **Burocracia e Autogestão**: a proposta de Proudhon. São Paulo: Editora Brasiliense s.a.,1981.

NASCIMENTO, Claudio. A autogestão e o “novo cooperativismo”. In: BENINI, Edi A. et al. **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

NETO, C. M. **O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi** (De Poggio al Maré à Colônia Cecília). 2 ed. Ponta Grossa: Ed. EPG, 1998.

OLIVEIRA ALVES. Justiça e Políticas Sociais na Teoria de John Rawls. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 16(1): 25-43, jan.-jun./2010.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RIBEIRO, A. C.; ANDION, C. Habilidades Sociais e Mobilização para o Desenvolvimento Rural no Território da Serra Catarinense. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 2, p. 167-177, 2014.

ⁱ KROPOTKIN, P. *Anarquismo*. In: TRAGTENBERG, Maurício (org.). Kropotkin. Textos Escolhidos. Porto Alegre, L&PM, 1987.

ⁱⁱ GREENBERG, Edward S. **Workplace Democracy**: the political effects of participation. Ithaca and London: Cornell, 1986.

ⁱⁱⁱ CASTORIADIS, C. Autogestão e hierarquia. In: Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

^{iv} idem

^v ibidem

^{vi} SOUZA, Newton. Stadler de. O anarquismo da Colônia Cecília. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 1970.

^{vii} Negrito meu.

^{viii} ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e outras utopias**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000.

